

VDB F3 Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
VDB F3 Geração de Energia S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VDB F3 Geração de Energia S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VDB F3 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial individual e consolidado da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.294	1.100	94.295	5.100
Aplicações financeiras	5	-	-	364.633	-
Adiantamentos	6	1.476	-	1.476	-
Tributos a recuperar		4	-	2.962	-
Despesas antecipadas	18	-	-	-	1.368.595
		11.774	1.100	463.366	1.373.695
Não Circulante					
Imobilizado	9	-	-	29.873.426	-
Investimentos	7	25.150.433	-	-	-
Intangível	10	-	-	37.773	-
		25.150.433	-	29.911.199	-
Total do ativo		25.162.206	1.100	30.374.565	1.373.695
Passivo					
Circulante					
Tributos a recolher	11	288	94	13.778	330
Contas a pagar	12	5.474	3.403	52.902	1.408.855
Provisão para passivo a descoberto	7	-	33.089	-	-
		5.762	36.586	66.680	1.409.185
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	8	27.731.768	30.193	29.619.578	30.193
Contas a pagar - parte relacionada	8	-	-	3.263.631	-
		27.731.768	30.193	32.883.209	30.193
Patrimônio líquido					
Capital social	13	1.100	1.100	1.100	1.100
Prejuízos acumulados	13	(2.576.424)	(66.780)	(2.576.424)	(66.780)
Acionistas Minoritarios		-	-	-	(3)
		(2.575.324)	(65.680)	(2.575.324)	(65.683)
Total do passivo e patrimônio líquido		25.162.206	1.100	30.374.565	1.373.695

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2019	2018 Nao auditado	2019	2018 Nao auditado
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	14	(99.798)	(28.512)	(746.272)	(65.600)
Outras receitas operacionais	14	21.899		21.899	
Equivalencia Patrimonial	7	<u>(646.474)</u>	<u>(37.085)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos					
		<u>(724.373)</u>	<u>(65.597)</u>	<u>(724.373)</u>	<u>(65.600)</u>
Despesas financeiras	15	(1.785.449)	(1.183)	(1.785.450)	(1.183)
Receitas financeiras	15	<u>179</u>	<u>-</u>	<u>179</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido					
		<u>(1.785.271)</u>	<u>(1.183)</u>	<u>(1.785.271)</u>	<u>(1.183)</u>
Prejuízo do exercício					
		<u>(2.509.644)</u>	<u>(66.780)</u>	<u>(2.509.644)</u>	<u>(66.783)</u>
Controlador					
Minoritarios		-	-	(2.509.644)	(66.780)
		-	-	-	(3)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Prejuízo do Exercício	(2.509.644)	(66.780)	(2.509.644)	(66.783)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício:	(2.509.644)	(66.780)	(2.509.644)	(66.783)
Controladora	-	-	(2.509.644)	(66.780)
Minoritários	-	-	-	(3)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Capital social	Adiant. para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Participação Não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)	1.100	(1.100)	-	-	-
Integralização de capital	-	1.100	-	-	1.100
Prejuízo do exercício	-	-	(66.780)	(3)	(66.783)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Não auditado)	1.100	-	(66.780)	(3)	(65.683)
Diluição de participação	-	-	-	3	3
Prejuízo do exercício	-	-	(2.509.644)	-	(2.509.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.100	-	(2.576.423)	-	(2.575.324)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(2.509.644)	(66.780)	(2.509.644)	(66.783)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
Provisão de juros – parte relacionada	1.339.436	968	1.548.066	968
Equivalência Patrimonial	646.474	37.085	-	-
Provisão de IOF s/ empréstimos com parte relacionada	445.619	217	477.128	217
Perda de Part Minoritarios	-	-	3	-
	(78.114)	(28.511)	(484.447)	(65.598)
Variações dos ativos e passivos operacionais:				
Adiantamentos	(1.476)	-	(1.476)	-
Despesas antecipadas	-	-	1.368.595	(1.368.595)
Tributos a recuperar	(4)	-	(2.961)	-
Tributos a recolher	194	94	13.448	330
Contas a pagar	2.071	3.403	(1.355.953)	1.408.853
Contas a pagar – parte relacionada	-	-	3.263.631	-
	785	3.498	3.285.284	40.588
Gerado (consumido) pelas operações:				
IRPJ e CSLL pagos no exercício	-	-	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(77.330)	(25.013)	2.800.837	(25.009)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	-	-	(29.873.426)	-
Aplicações financeiras	-	-	(364.633)	-
Aquisição de intangível	-	-	(37.773)	-
Aquisição de investimentos	-	(3.996)	-	-
Aporte de Capital nas investidas	(25.829.996)	-	-	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimento	(25.829.996)	(3.996)	(30.275.832)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	-	1.100	-	1.100
Aquisição empréstimos – parte relacionada	25.916.520	29.009	27.564.189	29.009
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	25.916.520	30.109	27.564.189	30.109
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	9.194	1.100	89.195	5.100
Varição do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.100	-	5.100	-
No final do exercício	10.294	1.100	94.295	5.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais - R\$)

1 Contexto operacional

A VDB F03 Geração de Energia S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na avenida Almirante Barroso, nº 52, 18º andar, Centro, e foi constituída em 9 de fevereiro de 2017.

A Sociedade tem os propósitos definidos em seu objeto social de participação em outras sociedades como acionista e/ou cotista e a produção de energia elétrica de origem e natureza renovável.

A Sociedade em função de ser holding, ter as controladas em fase pré-operacional e por conta da necessidade de caixa, realizou transações de financiamento ao longo de 2019. Importante citar ainda que os investidores da Sociedade garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações pelo período mínimo de 12 meses, o que culminou, inclusive, também na manutenção de transações de financiamento com partes relacionadas do Grupo.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Estrutura e autorizações dos projetos

a. Ventos da Bahia Fase III

A terceira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase III, está localizada nos municípios de Mulungu do Morro, Souto Soares e Iraquara - BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de nova (LEN A-6), realizado pela ANEEL em Agosto de 2018. Foram vendidos em leilão 41 MW médio de garantia física.

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas empresas Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S.A. (“Ventos da Bahia XIII”), Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S.A. (“Ventos da Bahia XIV”), Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII (“Ventos da Bahia XXIII”) e Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII (“Ventos da Bahia XXVII”), que representam os parques eólicos que produzirão os 41 MW contratados. A entrada em operação dos parques deve ocorrer até o primeiro semestre de 2022, de forma a atender integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), conforme descrição abaixo:

Capacidade Instalada Empresas constituídas	Capacidade
Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S.A.	47,7 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S.A.	31,8 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S.A.	47,7 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S.A.	47,7 MW
	<hr/>
	174,9 MW

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Sociedades. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 23 de janeiro de 2019, as quatro novas empresas obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

O início das obras para construção dos parques está previsto para o primeiro semestre de 2020, com previsão para conclusão e início da operação comercial dos parques eólicos no primeiro semestre de 2022.

Apresentamos abaixo as principais características técnicas do projeto:

- (i) Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 13,3 km, conectando a Subestação Elevadora Ventos da Bahia Fase III de 34,5/230kV na Substação Ventos da Bahia Fase II, tendo como ponto de conexão final a Subestação Morro do Chapéu II;
- (ii) Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- (iii) Entradas de linha na Subestação Ventos da Bahia II em 230 kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.9.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 16.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Sociedade e suas controladas a seguir relacionadas:

Participação acionária

Entidades do Grupo	Controle	Participação	
		2019	2018
Ventos da Bahia XIII.	Total	100%	99,99%
Ventos da Bahia XIV.	Total	100%	99,99%
Ventos da Bahia XXIII.	Total	100%	99,99%
Ventos da Bahia XXVII.	Total	100%	99,99%

2.4 Moeda funcional de apresentação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) *Provisão para desmobilização*

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) *Provisões para contingências judiciais*

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. Em 31 de dezembro de 2019, a sociedade e suas controladas não possuíam contingências a serem reconhecidas contabilmente e nem processos judiciais.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da sociedade ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com partes relacionadas.

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem derivativos e são mensurados a valor justo, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros.

3.2 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.3 Ativo intangível amortizável

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: Ativo intangível apurado nas aquisições de negócios, com vida útil definida, sendo amortizado ao prazo de autorização para geração de energia. Neste caso, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário.

3.4 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) **Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.6 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.7 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.8 Tributos

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Tributos diferidos

As suas controladas apuram o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, em geral acrescido das demais receitas, pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, em geral acrescida das demais receitas, pela alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de caixa, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os tributos diferidos são reconhecidos pelos saldos a receber de clientes e/ou outro valor tributável que não fora recebido até a data da apuração.

3.9 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019:

(i) **CPC 06 (R2) - arrendamentos**

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operação de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A sociedade e suas investidas não possuem nenhum contrato de arrendamento e por isso essa norma não teve impactos em suas demonstrações.

(ii) **ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A interpretação não teve impacto nas demonstrações da sociedade .

3.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade visto que mesma se encontra em fase pre-operacional.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Bancos	10.294	1.100	94.295	5.100
	10.294	1.100	94.295	5.100

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Aplicações Financeiras	-	-	364.633	-
	-	-	364.633	-

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2019, sobre o DI CETIP ("CDI") de 94% .

6 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
JG Assis de Almeida Associados	1.476	-	1.476	-
Total	1.476	-	1.476	-

Refere-se a adiantamentos para reembolso de despesas com viagens, alimentações no decorrer da prestação do serviço.

7 Investimentos / Passivo a descoberto

2019					
	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	Saldo em 31/12/2019
Patrimônio da Investida	6.574.169	4.741.818	6.909.063	6.925.383	25.150.433
Percentual do investimento	100%	100%	100%	100%	100%
Saldo do Investimento	6.574.169	4.741.818	6.909.063	6.925.383	25.150.433
2018					
	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	Saldo em 31/12/2018
Patrimônio da Investida	(10.943)	(11.330)	(7.549)	(3.270)	(33.092)
Percentual do investimento	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Saldo do Investimento	(10.942)	(11.329)	(7.548)	(3.270)	(33.089)

Movimentação dos investimentos

	Saldo em 01/01/2018	Aporte	Equivalência	Saldo em 31/12/2018 Não auditado	Aporte	Equivalência	Saldo em 31/12/2019
Ventos da Bahia XIII	-	999	(11.941)	(10.942)	6.759.999	(174.888)	6.574.169
Ventos da Bahia XIV	-	999	(12.328)	(11.329)	4.889.998	(136.851)	4.741.818
Ventos da Bahia XXIII	-	999	(8.547)	(7.548)	7.084.999	(168.388)	6.909.063
Ventos da Bahia XXVII	-	999	(4.269)	(3.270)	7.095.000	(166.347)	6.925.383
	-	3.996	(37.085)	(33.089)	25.829.996	(646.474)	25.150.433

Informações das controladas

Em 31/12/2019				
	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII
Ativos circulantes	79.232	132.381	139.173	100.807
Ativos não circulantes	7.830.809	5.968.961	8.076.981	8.034.448
Passivos circulantes	17.762	12.895	17.555	12.706
Passivos não circulantes	1.318.110	1.346.629	1.289.536	1.197.166
Patrimônio Líquido	6.749.057	4.878.669	7.077.451	7.091.730
Resultado	(174.888)	(136.851)	(168.388)	(166.347)
Em 31/12/2018				
	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII
Ativos circulantes	367.595	392.024	343.146	269.830
Ativos não circulantes	-	-	-	-
Passivos circulantes	378.538	403.354	350.695	273.100
Passivos não circulantes	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	1.000	1.000	1.000	1.000
Resultado	(11.943)	(12.330)	(8.549)	(4.270)

8 Transações com partes relacionadas

Passivo

	Consolidado	
	2019	2018
		Não auditado
Contas a pagar		
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (I)	3.263.631	-
Total	3.263.631	-

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
		Não auditado		Não auditado
Empréstimo parte relacionada				
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	27.731.768	30.193	29.619.578	30.193
Total	27.731.768	30.193	29.619.578	30.193

Os valores referem-se a capital de giro custeados pela EDF EN do Brasil Participações Ltda. O montante do principal está sendo atualizado pelo IOF e Juros mensais de 1%.

Controladora						
		Saldo em				Saldo em
Movimentação dos empréstimos	Moeda	31/12/2018	Principal	Juros	IOF	31/12/2019
		Não auditado				
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	R\$	30.193	25.916.520	1.339.436	445.619	27.731.768
		30.193	25.916.520	1.339.436	445.619	27.731.768

Controladora					
					31/12/2018
Moeda	Principal	Juros	IOF	Não auditado	
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	R\$	29.009	968	217	30.193
		29.009	968	217	30.193

Consolidado						
		Saldo em			Saldo em	
Moeda	Principal	Juros	IOF	Não auditado	31/12/2019	
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	R\$	30.193	27.564.189	1.548.066	477.128	29.619.577
		30.193	27.564.189	1.548.066	477.128	29.619.577

		Consolidado			
	Moeda	Saldo em	Principal	Juros	31/12/2018
		01/01/2018			IOF Não auditado
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	R\$	-	29.009	968	217
		-	29.009	968	217
		-	29.009	968	217
		-	29.009	968	217

9 Imobilizado

Consolidado

	Saldo em	Saldo em	Saldo em
	31/12/2018	Adição	31/12/2019
	Não auditado		
Equipamento de medição	-	3.661.004	3.661.004
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	-	18.309.512	18.309.512
Capitalizações resultado financeiro	-	2.054.700	2.054.700
Instalações em construção	-	5.848.210	5.848.210
Total	-	29.873.426	29.873.426
Custo	-	-	29.873.426
Imobilizado líquido	-	-	29.873.426

- (i) Adiantamento para aquisição de imobilizado
Referem-se aos gastos com a implantação do projeto Ventos III. No consolidado, os valores foram classificados dentro da rubrica de imobilizado em função de representarem adiantamentos para aquisição das SPEs, onde ocorrerá a construção do ativo qualificável, que é responsável por gerar benefícios econômicos futuros à Sociedade.

Devido a Sociedade se encontrar em fase pré-operacional, o ativo ainda não está sofrendo depreciação.

10 Intangível

	Saldo em	Saldo em	Saldo em
	31/12/2018	Adição	31/12/2019
Gastos Projetos Eólicos	-	37.773	37.773
	-	-	-
Total	-	37.773	37.773
Custo	-	-	37.773
Amortização acumulada	-	-	-
Intangível líquido	-	-	37.773

11 Tributos a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Tributos Federais	288	94	13.778	330
Total	288	94	13.778	330
	2019	2018	2019	2018
Tributos Federais				
PIS s/ faturamento	1	-	1	-
COFINS s/ faturamento	7	-	7	-
Tributos retidos	280	94	13.770	330
Total	288	94	13.778	330

12 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Cabrera Consultoria Contabil E Tributari	250	3.246	6.870	18.744
J.G. Assis De Almeida E Associados	5.225	158	7.927	158
Certisign Certificadora Digital S.A	-	-	1.036	-
Diversos	-	-	2.047	239
Maron Consultoria Ltda (i)	-	-	26.330	-
Pottencial Seguradora S.A.	-	-	3.790	1.389.714
Prefeitura Municipal De Souto Soares	-	-	3.326	-
Excelencia Energetica Consultoria Empres	-	-	1.576	-
	5.474	3.403	52.902	1.408.855

- (i) Refere-se a consultoria especializada junto a INEMA/BA para obtenção da Licença Previa da Linha de Transmissão do Complexo Eolico Ventos da Bahia Fase 3.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 1.100 (R\$ 1.100 em 31 de dezembro de 2018), está representado por 1.100 (1.100 em 31 de dezembro de 2018) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Capital Subscrito		2018	
		2019	Não auditado
Sowitec Operation GMBH	10%	-	110
EDF Energies Nouvelles S.A	90%	990	990
EDF EN Participações Ltda	10%	110	-
Total		1.100	1.100

Em 12 de abril de 2019 a acionista Sowitec Operation GMBH transfere por meio de venda, as 110 ações de sua propriedade para a EDF EN Participações Ltda.

Diluição de participação

No decorrer do ano de 2019, a sociedade subscreveu e integralizou novas ações do capital das suas controladas, e nesses atos o acionista minoritário das investidas, a VDB DEV, abriu mão do direito as subscrições, aumentando portanto a participação da controlada nas suas investidas.

14 Despesas administrativas e outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Despesas administrativas				
Condução/Locomoção	-	(17)	-	(17)
Seguros	-	-	-	(21.119)
Despesas Legais	-	(21.649)	-	(21.649)
	<u>-</u>	<u>(21.666)</u>	<u>-</u>	<u>(42.784)</u>
Impostos e taxas				
Multas fiscais Compensatórias (Dedutíveis)	(9)	(255)	(806)	(250)
Taxas Aneel	(49.967)	-	(49.967)	-
Pis	(1)	-	(1)	-
Cofins	(7)	-	(7)	-
Impostos e contribuições	(47)	-	(47)	(240)
	<u>(50.031)</u>	<u>(255)</u>	<u>(50.828)</u>	<u>(490)</u>
Despesas com serviços prestados				
Honorários de Contadores	(38.548)	(6.293)	(262.916)	(22.027)
Honorários de advogados	(11.219)	(298)	(421.492)	(298)
Serviços de Informática	-	-	(11.036)	-
	<u>(49.767)</u>	<u>(6.591)</u>	<u>(695.444)</u>	<u>(22.325)</u>
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	<u>(99.798)</u>	<u>(28.512)</u>	<u>(746.272)</u>	<u>(65.600)</u>
Outras receitas				
Recuperação de despesas (i)	21.899	-	-	-
	<u>21.899</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) Reversão de mutuo referente a 2018.

15 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	179	-	179	-
	179	-	179	-
Despesas financeiras				
Despesas Bancárias	(1.419)	-	(1.419)	-
Juros Parte Relacionada	(1.338.468)	(968)	(1.338.468)	(968)
IOF	(445.563)	(215)	(445.563)	(215)
	(1.785.449)	(1.183)	(1.785.450)	(1.183)
Resultado financeiro líquido	(1.785.271)	(1.183)	(1.785.271)	(1.183)

16 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 Não auditado	2019	2018 Não auditado
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio de resultado	-	-	364.633	-
		-	-	364.633	-
Passivos					
Contas a pagar	Custo Amortizado	5.474	3.403	52.902	1.408.855
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo Amortizado	-	-	3.263.631	-
Empréstimos e financiamentos Partes relacionadas	Custo Amortizado	27.731.768	30.193	29.619.578	30.193
		27.737.243	33.597	32.936.110	1.439.048

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio de resultado	-	-	364.633	-
		-	-	364.633	-

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2019		2019	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	5.474	-	52.902	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	3.263.631
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	27.731.768	-	29.619.578
	5.474	27.731.768	52.902	32.883.209
	2018 Não auditado		2018 Não auditado	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	3.403	-	1.408.855	-
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	30.193	-	30.193
	3.403	30.193	1.408.855	30.193

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos através de aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos em projetos de geração eólica e solar e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

17 Compromissos assumidos

(i) Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

VDB XIII	VDB XIV	VDB XXIII	VDB XXVII
Volume: 12,7 MWm Preço: R\$ 94,33/MWh	Volume: 5,9 MWm Preço: R\$ 94,33/MWh	Volume: 11,2 MWm Preço: R\$ 94,33/MWh	Volume: 11,2 MWm Preço: R\$ 94,33/MWh

(ii) Compromissos com fornecedores

A Sociedade e suas controladas possuem contratos assinados para fornecimento de equipamentos, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

Fornecedor	VDB XIII	VDB XIV	VDB XXIII	VDB XXVII	Total
GE	112.345.144	74.923.049	112.345.143	112.345.144	411.958.480
Elecnor	48.395.218			-	48.395.218
Seta	19.082.041	12.728.358	19.082.041	19.082.041	69.974.481
Inova	1.069.122	713.356	1.069.122	1.069.122	3.920.722
	<u>180.891.525</u>	<u>88.364.763</u>	<u>132.496.306</u>	<u>132.496.307</u>	<u>534.248.901</u>

18 Seguros

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Administrativas - seguros	-	-	-	1.368.595
Total	-	-	-	1.368.595
Circulante	-	-	-	1.368.595
Não Circulante	-	-	-	-

19 Coronavírus

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Em função da recente escalada de notícias e ações governamentais, não temos como precisar exatamente quais e como serão os eventos subsequentes devido a pandemia do corona virus. Entretanto, temos planos de contingências bem definidos dentro do grupo para casos de desastres. Adaptamos essas ações para o atual cenário brasileiro e aplicamos a todas as áreas da empresa. Em uma análise preliminar não identificamos impactos relevantes no curto prazo. Entretanto, estamos constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.